



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h30min**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 9º PERÍODO - DATA: 02/05/2019 - SUB

## **GABARITO RASCUNHO**

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D

Disciplina: Direito Civil – Da Família Professora: Juliana Maria Souza Murcia Soler
--

### Questão 01

Não entram na comunhão os bens adquiridos na constância da sociedade conjugal, sob o regime da comunhão parcial:

- a) os bens adquiridos a título oneroso por ambos os cônjuges.
- b) a doação feita em favor de ambos os conjuges.
- c) Os instrumentos de profissão pertencentes a cada um dos cônjuges, independente de qual deles que o exerça a profissão.
- d) Por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.

### Questão 02

Acerca da presunção legal de paternidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) Presumem se concebidos na constância do casamento nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
- b) Presumem se concebidos na constância do casamento os filhos havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial heteróloga;
- c) Presumem se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento;
- d) Presumem se concebidos na constância do casamento os filhos havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.

### Questão 03

Assinale a alternativa incorreta no tocante ao reconhecimento dos filhos.

- a) O reconhecimento dos filhos é irrevogável, podendo ser feito por testamento, no registro de nascimento, entre outras formas previstas em lei.
- b) O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação
- c) O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento.
- d) O filho maior pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor não pode impugnar o seu reconhecimento mesmo após sua maioridade.

### Questão 04

Analisar as afirmativas e assinale a alternativa correta:

- I. É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.
  - II. Regime de bens é o conjunto de regras que disciplina as relações econômicas dos cônjuges, quer entre si, quer entre terceiros, durante o casamento.
  - III. Não pode o cônjuge sem autorização do outro, comprar, ainda que a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica.
  - IV. É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros..
- a) Esta correto apenas a afirmativa IV
  - b) Esta correto apenas as afirmativas II e IV
  - c) Esta correto as afirmativas I e III
  - d) Esta correto as afirmativas I, II e IV

### Questão 05

Acerca do reconhecimento dos filhos, assinale a alternativa correta:

- a) O filho havido fora do casamento não poderá requerer o reconhecimento da filiação.
- b) o reconhecimento do filho havido fora do casamento somente será válido se for feito extrajudicialmente.
- c) o filho maior poderá ser reconhecido a qualquer tempo, independente de seu consentimento.
- d) O filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais, conjunta ou separadamente.

### Questão 06

Pedro e Maria, contraíram nupcias pelo regime da comunhão universal de bens. Pedro já possuía 200 semoventes e uma propriedade rural. Maria possuía um imóvel urbano e um veículo. Durante a união o casal adquiriu um imóvel urbano em Passo Fundo, e Maria recebeu uma herança com cláusula de incomunicabilidade de sua tia Joaquina. Pertencem a ambos os cônjuges:

- a) O imóvel rural, os dois imóveis urbanos, o veículo e os 200 semoventes.
- b) O imóvel urbano adquirido em Passo Fundo.
- c) Os dois imóveis urbanos e a herança recebida por Maria.
- d) somente o imóvel urbano, adquirido após o casamento .

Disciplina: Direito Processual Civil V

Professora: Christiano Vitagliano

### Questão 07

Assinale a afirmação incorreta de acordo com o CPC:

- a) A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- b) O réu será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- c) Sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 5 (cinco) dias. Contestado o pedido no prazo legal, observar-se-á o procedimento comum.
- d) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

### Questão 08

É incorreto afirmar depois de efetivada a cautelar:

- a) O pedido principal pode ser formulado conjuntamente com o pedido de tutela cautelar.
- b) A causa de pedir deverá ser aditada no momento de formulação do pedido principal.
- c) Apresentado o pedido principal, as partes serão intimadas para a audiência de conciliação ou de mediação,
- d) Serão intimadas as partes por seus advogados ou pessoalmente, sem necessidade de nova citação do réu.

### Questão 09

Assinale a alternativa incorreta:

- a) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal
- b) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal mas influi no julgamento desse em regra
- c) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência
- d) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de prescrição.

### Questão 10

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal.
- b) Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se não for efetivada dentro de 30 (trinta) dias
- c) Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinguir o processo sem resolução de mérito.
- d) Se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar, é permitido à parte renovar o pedido, em regra, independente de novo fundamento.

Disciplina: Direito Agrário

Professor: Me Mário César M. Miranda

### Questão 11

Analise as proposições abaixo:

I – Não se considera latifúndio o imóvel rural qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada mediante planejamento adequado.

II – Na colonização oficial, o Poder Público tomará a iniciativa de recrutar e selecionar pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-as em núcleos agrícolas ou agroindustriais, podendo encarregar-se de seu transporte, recepção, hospedagem e encaminhamento, até a sua colonização e integração nos respectivos núcleos.

III – Consideram-se empresas particulares de colonização as pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, residentes ou domiciliadas no Brasil, ou jurídicas, constituídas e sediadas no país, que tiverem por finalidade executar programa de colonização de área ou distribuição de terras.

IV – Considera-se empresa rural o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo os padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias.

- A) Todas as proposições estão corretas
- B) Todas as proposições estão erradas.
- C) Apenas a proposição III está errada.
- D) Apenas a proposição IV está correta

### Questão 12

Nos termos do Estatuto da Terra, assinale a alternativa correta.

- a) É considerado latifúndio o imóvel rural que excede quinhentas vezes o módulo fiscal.
- b) É considerado latifúndio o imóvel rural que tendo dimensão igual ou superior a um módulo rural, seja mantido inexplorado, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural.
- c) É considerado latifúndio o imóvel rural, ainda que de domínio particular, cujo objeto de preservação florestal ou de outros recursos naturais tenha sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública.
- d) É considerado minifúndio o imóvel rural de área e possibilidades suficientes para possibilitar o sustento e o progresso econômico e social daqueles que nele trabalham.

### Questão 13

O direito de propriedade de bem imóvel rural

- a) é absoluto, não se submetendo a qualquer tipo de controle estatal.
- b) deve ser exercido de acordo com sua função social, que se traduz na obrigação de repartição do ganho auferido com a produção do imóvel rural.
- c) não se relaciona com a função social da propriedade rural.
- d) encontra seu contorno jurídico estabelecido pela função social da propriedade.

### Questão 14

José é proprietário de um imóvel rural de 700 hectares, com 40 hectares cultivados. O restante da área está ocupado com pastagem altamente degradada. A rentabilidade da área cultivada garante um excelente padrão de vida a José e sua família. A Fazenda é cortada por três cursos d'água sem área de preservação permanente. Não há reserva legal. José possui três funcionários, com jornada de trabalho integral, que recebem R\$ 200,00 por mês. A propriedade rural

- a) não cumpre sua função social.
- b) pode ou não cumprir sua função social a depender da safra da área cultivável.
- c) cumpre sua função social, uma vez que gera renda a seu proprietário.
- d) cumpre sua função social, pois emprega três funcionários.

Disciplina: Direito Coletivo do Trabalho

Professor: Me. Christiano Francisco da Silva Vitagliano

### Questão 15

Quando se trata de liberdade sindical, pensa-se em estado democrático, pluralismo nas relações sindicais e não intervenção do Estado.

Quanto ao enunciado, assinale a alternativa incorreta de acordo com a doutrina majoritária:

- a) Tem por subprincípio o da adequação setorial negociada.
- b) Tem por subprincípio a liberdade de fundação.
- c) Tem por subprincípio a liberdade de administração.
- d) Tem por subprincípio a liberdade de filiação.

### Questão 16

A doutrina majoritária trata sobre o princípio da autorregulamentação,.

Quanto à afirmativa acima é incorreto afirmar:

- a) Tem por subprincípio a boa fé.
- b) Tem pertinência com o enunciado o princípio da participação obrigatória dos sindicatos nas negociações coletivas.
- c) Tem pertinência com o enunciado o princípio da preponderância do direito coletivo sobre o individual.
- d) N.d.a.

### Questão 17

O princípio da lealdade rege todo o direito e não diferentemente no que condiz com o direito das obrigações e dos contratos.

Quanto à afirmativa acima de acordo com doutrina majoritária é incorreto afirmar:

- a) Em direito coletivo do trabalho o princípio também é denominado de princípio lealdade.
- b) Não tem coadunância com a exigência jurisprudencial da pauta de reivindicações dos trabalhadores.
- c) Em direito coletivo do trabalho o princípio também é denominado de princípio da transparência.
- d) N.d.a

### Questão 18

Há certos princípios que são assecuratórios do ser coletivo obreiro.

De acordo com Maurício Godinho Delgado é incorreto afirmar:

- a) Tem pertinência com a ideia de liberdade associativa.
- b) Tem pertinência com a ideia de liberdade sindical.
- c) Tem pertinência com a ideia de autonomia sindical
- d) Tem pertinência com a ideia da intervenção sindical.

### Questão 19

Há princípios que são regentes das relações entre seres coletivos.

De acordo com Maurício Godinho Delgado é incorreto afirmar:

- a) Tem pertinência com a ideia de Interveniência Sindical na Normatização Coletiva.
- b) Tem pertinência com a ideia de lealdade e transparência.
- c) Tem pertinência com a ideia de poder normativo.
- d) Tem pertinência com a ideia da equivalência dos contratantes.

### Questão 20

Há princípios que são regentes entre normas coletivas negociadas e normas estatais.

De acordo com Maurício Godinho Delgado é correto afirmar:

- a) Tem pertinência com a ideia da criatividade jurídica
- b) Não tem pertinência com o princípio da adequação setorial negociada.
- c) Tem pertinência com a lealdade.
- d) N.d.a.

Disciplina: TC-1

Professor: Dra. Maria de Lourdes

### Questão 21

Objetivos são declarações claras e explícitas do que se pretende alcançar com a realização da pesquisa. A partir deste ponto, o corpo do texto deve explicar quais são os objetivos para o trabalho, ou seja, uma projeção do que se pretende alcançar com a pesquisa que será realizada. Objetivo, então, está relacionado à meta ou alvo que se pretende alcançar ou atingir. Referente aos Objetivos da Pesquisa, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O Objetivo Geral refere-se diretamente ao problema do trabalho.
- b) Os Objetivos Específicos são aqueles objetivos expressos por ações que contribuem para o alcance do Objetivo Geral.
- c) O Objetivo Geral pode ser considerado uma apresentação pormenorizada e detalhada das ações para o alcance dos objetivos específicos.
- d) Inicia-se a frase do Objetivo Geral com um verbo abrangente e na forma infinitiva.

### Questão 22

Na redação de trabalhos acadêmicos, a citação das fontes utilizadas deve obedecer às normas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Com relação às citações, analise as afirmações que se seguem.

I. A citação direta é a transcrição fiel das palavras usadas no texto consultado, portanto, sem alteração por parte de quem elabora o trabalho acadêmico.

II. A citação direta com mais de três linhas deve ser usada com recuo de 3 cm da margem esquerda, sem aspas e com fonte menor que a do texto.

III. A citação direta com até três linhas deve ser usada no texto corrido, entre aspas duplas e com a mesma fonte do texto.

IV. A expressão em latim *apud* identifica a citação indireta, com a ideia do autor pesquisado e redação própria.

São **CORRETAS** as afirmações:

- a) I e II apenas.
- b) I e III apenas.
- c) I e IV apenas.
- d) II e III apenas.

### Questão 23

O Projeto de Pesquisa é o planejamento das atividades a serem desenvolvidas e constitui ao pesquisador um roteiro de trabalho. Todas as etapas devem ser previstas desde a escolha do tema, da determinação da metodologia, da coleta de dados, da análise e da interpretação. Sobre o planejamento de pesquisa, leia as afirmações.

I. A escolha do Tema: indica o assunto que desejamos provar ou desenvolver.

II. Formulação do Problema: consiste em dizer de forma clara qual a dificuldade a ser pesquisada, devendo ser formulado como pergunta, claro, direto e viável.

III. Formulação dos Objetivos: estabelecem metas a serem questionadas no início da investigação.

IV. Construção de Hipóteses: é o momento de investigação científica em que é demonstrado o domínio sobre o tema proposto.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

### Questão 24

Para guiar o desenvolvimento da pesquisa é comum elaborar uma hipótese (ou hipóteses) de pesquisa. A respeito da Hipótese, dentro da análise da estrutura de um projeto de pesquisa, pode-se dizer que se define como um:

a) item do projeto que deve explicar a importância do tema a ser estudado e a relevância dos resultados a serem obtidos através da atividade científica.

b) elemento referencial teórico, no qual o autor escreverá seu texto construído a partir das pesquisas bibliográficas já realizadas.

c) elemento de formulação do problema que pode iniciar-se pela apresentação do objeto de estudo seguido de seu questionamento.

d) elemento que deve explicitar o que o autor espera encontrar ao final da pesquisa, com base nas pesquisas prévias e no seu entendimento daquilo que está sendo pesquisado.



Disciplina: Direito Processual Penal III  
Professor: Ilídia Aparecida Silva

### Questão 25

Encerrada a instrução criminal de um processo em que o acusado foi denunciado pelo crime de furto (art. 155, caput, do Código Penal), o juiz entende que estão presentes provas de que, na verdade, o delito praticado por aquele foi de receptação qualificada (art. 180, §1º, do Código Penal), fato não descrito na denúncia. Em consequência, o juiz deverá:

- proferir sentença condenatória pelo crime de receptação.
- baixar os autos do processo, a fim de que a defesa, no prazo de 8 (oito) dias, se manifeste e requeira prova, podendo ser ouvidas até três testemunhas.
- dar ciência ao Ministério Público e designar novo interrogatório do acusado e audiência de debates e julgamento.
- remeter os autos ao Ministério Público para proceder ao aditamento da denúncia, no prazo legal, e ouvir o defensor do acusado sobre a nova imputação.

### Questão 26

Em relação às citações e intimações disciplinadas no Código de Processo Penal, e, ainda, considerando o que dispõem as Súmulas do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, é correto afirmar

- Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.
- Se o réu estiver preso, desnecessária sua citação, bastando a requisição ao diretor do estabelecimento prisional para sua apresentação em juízo, em dia e hora previamente marcados.
- Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com prazo de 10 dias.
- Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, sendo vedado ao juiz determinar a produção antecipada de provas, ainda que urgentes, em razão do princípio do contraditório.

### Questão 27

Tendo como referência as disposições legais do Código de Processo Penal sobre citações e intimações, assinale a opção correta

- Estando o réu no estrangeiro, em local sabido, a sua citação será feita por carta rogatória, não havendo necessidade de suspensão do prazo prescricional.
- Ainda que citado por edital, em caso de posterior comparecimento do acusado, deverá ele ser citado pessoalmente, sob pena de nulidade.
- No caso de citação por edital, se o acusado não comparecer e não constituir advogado, o processo poderá prosseguir seu curso normal, desde que para ele seja nomeado defensor público.
- É válida a citação por edital que mencione o dispositivo da lei penal que fundamenta a imputação ao acusado, embora não transcreva o conteúdo da denúncia.

### Questão 28

#### A eficácia preclusiva da coisa julgada

- não atinge matéria de ordem pública e impede a propositura de ação rescisória.
- não impede o reexame da sentença, se o fundamento não foi deduzido no processo.
- impede o reexame dos fundamentos da sentença, mesmo que o pedido seja diverso.
- impede o reexame do dispositivo da sentença, ainda que por fundamento de defesa não deduzido no processo.